



Democracia e elite política: os valores democráticos dos vereadores do grande ABC

Riberti de Almeida Felisbinoⁱ

Maria Teresa Miceli Kerbauyⁱⁱ

ⁱ Pesquisador. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). E-mail: ribertialmeida@yahoo.com.br.

ⁱⁱ Pesquisadora do CNPq e docente colaboradora do Departamento de Antropologia, Política e Filosofia da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista (UNESP). E-mail: kerbauy@travelnet.com.br.

Resumo

Neste texto, o nosso objetivo foi analisar os valores da democracia nas opiniões dos vereadores dos municípios de São Bernardo do Campo, Santo André e São Caetano do Sul. O recorte temporal foi o ano de 2010 e a técnica de coleta e análise dos dados foram baseadas nos principais métodos de pesquisa nas Ciências Sociais. Os dados revelaram que (a) a democracia está estável e ela é superior a outros regimes políticos, (b) ela apresenta um conteúdo socioplítico pautado em certas políticas igualitárias e na prática eleitoral, (c) os partidos e as eleições são essenciais para o bom andamento da democracia e (d) a democracia é apoiada por várias opções ideológicas.

Palavras-chave: opiniões, valores políticos, democracia, Câmara Municipal, vereadores.

Apresentação

“O município é a base física e espiritual da nação.”

Roberto Requião e Cunha Bueno, Congresso Nacional.

“(...) o governo municipal é a mais importante instituição política até agora criada pelo homem.”

Benedicto Silva, Instituto Brasileiro de Administração Municipal.

Responsáveis por administrarem as instituições e decidirem pela produção de políticas públicas, os integrantes das elites¹ vêm, nos últimos anos, despertando os interesses dos cientistas políticos brasileiros e brasilianistas, pois esses membros desses seletos grupos mantêm uma forte influência no atual arranjo democrático. Talvez a explicação para tal interesse esteja na promulgação da Constituição Federal de 1988, no resultado final do plebiscito de 1993, nas subsequentes reformas constitucionais e nas pequenas reformas políticas, pois os membros das elites estão experimentando mudanças significativas e isto tem provocado um rearranjo na maneira com os integrantes desses grupos se interagem entre eles e com a própria estrutura institucional.

Essas mudanças definiram um desenho institucional que funciona até hoje e está composto pelas instituições:

- (a) Sistema de governo: presidencialista.
- (b) Modelo de Estado: federal.
- (c) Sistema eleitoral: (c.i) representação majoritária com dois turnos (caso nenhum candidato receba pelo menos 50,0% dos votos no primeiro turno) e com maioria simples e (c.ii) representação proporcional com lista aberta².
- (d) Sistema partidário: multipartidário.
- (e) Estrutura legislativa: bicameral, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal.

¹ Neste texto a definição de elite apóia-se nos estudos históricos sobre elites e baseia-se no critério de posição. Segundo Charles Wright Mills, “*la minoría poderosa está compuesta de hombres cuyas posiciones les permiten trascender los ambientes habituales de los hombres y las mujeres corrientes; ocupan posiciones desde las cuales sus decisiones tienen consecuencias importantes*” (MILLS, 2001, p. 12). Devido aos postos que ocupam no seio da sociedade, eles têm uma forte influência sobre os demais atores envolvidos no jogo político.

² A representação com dois turnos é utilizada nas eleições para eleger o presidente da República, os governadores e os prefeitos dos municípios com mais de 200 mil eleitores; já a maioria simples é usada nas eleições para eleger os senadores e os prefeitos dos municípios com menos de 200 mil eleitores. A representação proporcional com lista aberta é aplicada nas eleições para eleger os deputados federais, estaduais e vereadores.

Pode-se dizer que esse desenho institucional vem estimulando cada vez mais o interesse dos cientistas políticos para entender a lógica do seu funcionamento. Esse interesse tem produzido inúmeros estudos sobre o desempenho das instituições que compõem esse desenho, em especial dos poderes Executivos e Legislativos, seja na esfera nacional ou subnacional (âmbito estadual ou municipal).

Embora, a literatura neo-institucionalista venha chamar atenção de que as instituições são relevantes nas análises políticas da sociedade contemporânea, temos que acrescentar nessa discussão que os membros das elites também são cruciais para as análises, pois são eles que operam e moldam as instituições. Neste sentido, a tarefa de compreender o sistema político brasileiro torna-se mais difícil se nós não damos uma atenção especial aos membros das elites (MAINWARING, 2003, 1993).

Com este propósito, dedicamos a estudar as elites no âmbito municipal, em que as percepções políticas sobre a democracia dos vereadores de alguns municípios da região do ABC Paulista³ constituíram o foco das nossas análises. Para analisar essas opiniões, o nosso ponto de partida foi o baixo apoio dos brasileiros à democracia, pois as pesquisas de opinião do Latinobarómetro têm revelado que os cidadãos não confiam nas suas instituições, principalmente na própria democracia.

Nos últimos anos, o processo de consolidação da democracia latino-americana tem sido um tema que vem sendo estudado por muitos pesquisadores da Ciência Política. Esse interesse pode ser explicado pela importância que tal regime representa na história política da América Latina, marcada por longas violências decorrentes dos governos militares. Dentre as várias pesquisas desenvolvidas, pode-se destacar o interesse pela análise das opiniões dos cidadãos sobre a funcionabilidade do regime democrático.

Os dados divulgados pelo Latinobarómetro sobre a adesão dos brasileiros à democracia são baixos. Nos anos de 1996, 2001, 2006, 2007 e 2008, o percentual de brasileiros que preferem a democracia a qualquer outra forma de regime político nunca ultrapassou os 50,0%, respectivamente, com 50,0%, 30,0%, 46,0%, 43,0% e 47,0% do total. Isto significa dizer que a democracia não foi bem avaliada pelos brasileiros.

³ O ABC Paulista, também conhecido por Região do Grande ABC ou simplesmente ABC, é uma região industrial do Estado de São Paulo, que integra a sua região metropolitana. Essa denominação (ABC Paulista, Região do Grande ABC ou ABC) é originária dos três municípios tradicionais dessa região: Santo André (A), São Bernardo do Campo (B) e São Caetano do Sul (C). Todavia, também faz parte do ABC, apesar de não contribuírem para a denominação, os municípios de Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra e Diadema.

Quanto a isto, Moisés (2005, p. 34, entre colchetes dos autores) ressalta que no Brasil, “(...) a percepção negativa das instituições [entre elas a democracia] atravessa todos os segmentos de renda, escolaridade, idade e distribuição ecológica, chegando a influir sobre a disposição dos cidadãos para participar de processos políticos (...)”. Se esse sentimento negativo sobre as instituições é generalizado entre os brasileiros, o que os vereadores pensam? para eles a democracia é a melhor forma de governo? se sim, qual é o conteúdo desse apoio? se não, em que momento a democracia não é preferível? os partidos e as eleições são relevantes para a funcionabilidade da democracia? a opção ideológica influencia na percepção sobre a democracia?

Para responder estas perguntas, o nosso foco de análise foram as opiniões dos vereadores dos municípios de São Bernardo do Campo⁴, Santo André⁵ e São Caetano do Sul⁶ sobre a democracia e para isto, aproveitamos e utilizamos o questionário auto-administrado⁷ da pesquisa “Democracias comparadas dos Estados brasileiros: opiniões e valores das elites parlamentares das Assembléias Legislativas de São Paulo e Maranhão”⁸, pois o seu objetivo foi exatamente o mesmo deste texto. Com base nas orientações de Babbie (2003), esse questionário auto-administrado foi deixado diretamente com os vereadores do atual período legislativo (2009-2012) e a taxa de retorno de cada município foi: (a) São Bernardo do Campo 76,2%, (b) Santo André 85,7% e (c) São Caetano do Sul 66,7%. As informações coletadas passaram por uma análise de consistência, depois foram codificadas e inseridas em planilha do SPSS. Com o banco de dados preparado foi possível fazer uma análise mais detalhada das opiniões dos vereadores sobre a democracia.

⁴ • Poder Executivo: PT e PTB • Poder Legislativo (total 21 vereadores): DEM e PMDB = 2 cada partido; PPS e PSDB = 3; PSB = 5 e PT = 6.

⁵ • Poder Executivo: PTB • Poder Legislativo (total 21): PMDB, PSDB, PSL e PV = 1; DEM, PTB, PSB e PSDB = 2 e PT = 5.

⁶ • Poder Executivo PTB • Poder Legislativo (total 12): PT, PR, PP, PMDB e PV = 1; PSB = 2 e PTB = 5.

⁷ Segundo Babbie (2003), com o questionário auto-administrado, o entrevistado responde as perguntas sem a presença do entrevistador, possibilitando-o uma melhor organização do seu tempo, ou seja, ele poderá adequar o seu tempo para responder o questionário.

⁸ Essa pesquisa contou com apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Processo n° 2009/01707-5) e foi supervisionada da profa. Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy.

Democracia e as opiniões dos vereadores do ABC Paulista

O Brasil passou por uma longa experiência autoritária e hoje é formalmente uma República presidencialista, cuja ordem política cumpre com os requisitos básicos do jogo democrático (DAHL, 1997). Isto significa que os membros das elites desfrutam da liberdade de associação e de expressão, podem competir em busca de apoio em eleições periódicas e livres, e o mais importante é que a oposição tem as mesmas condições de chegar ao poder pelo voto popular. Apesar de o Brasil cumprir atualmente com os requisitos democráticos, quais são as opiniões dos membros das Câmaras Municipais sobre o sistema político em que vivem? Esta e as outras citadas na seção anterior são algumas das perguntas levantadas por pesquisadores interessados em conhecer as percepções dos membros das elites sobre os aspectos funcionais desse regime político (FELISBINO, 2011, 2008a 2008b; FELISBINO e MIRANDA, 2005; MOLINA e LEVINE, 2007; ANASTASIA, MELO e SANTOS, 2004; ALMEIDA e BRAUNERT, 2007; PERISSINOTTO e BRAUNERT, 2006; FLORIA, 1997).

Com o intuito de oferecer respostas para estas perguntas, esta seção está organizada em quatro partes: na primeira parte, analisamos a estabilidade da democracia e a adesão ao regime democrático e as situações em que os vereadores admitem ou não o fim da democracia; na segunda, examinamos o conteúdo dessa adesão; na terceira, analisamos a importância dos partidos e das eleições para a democracia e na última parte, investigamos a opção ideológica relacionada com alguns aspectos sociopolíticos do regime democrático.

Estabilidade e adesão à democracia

Depois do *impeachment* do ex-presidente da República Fernando Affonso Collor de Mello em 1992 e com os resultados das últimas eleições gerais (2002 e 2006 e 2010), os integrantes das elites estão mais experientes e conhecem muito bem as regras do jogo. Além disso, hoje, não se teme mais a volta dos militares ao poder, pois os membros das elites sabem que a democracia é superior a qualquer outro tipo de regime e acreditam nela (FELISBINO e KERBAUY, 2011, 2010a, 2010b; ALMEIDA e BRAUNERT, 2007; PERISSINOTTO e BRAUNERT, 2006). Essa certeza de que a democracia é a melhor opção para se viver está relacionanda, de alguma forma, com maturidade política dos

integrantes pertencentes às elites que, por sua vez, é fruto dos valores que esse regime produziu e vêm produzindo no seio da sociedade. Isto significa dizer que, hoje, o que se observa e sente é uma certa estabilidade da democracia no Brasil e um indicador disto está na própria adesão pessoal ao regime.

Para tanto, antes é interessante dar um passo atrás para mostrar as opiniões dos vereadores sobre a estabilidade da democracia⁹. Na Tabela 1 podemos ver que a maioria dos parlamentares pensa que a democracia está Muito estável, isto é, os vereadores estão otimistas em avaliar o regime democrático e isto fica constatado no alto percentual da categoria (77,8%, 75,0% e 62,5%).

Tabela 1
Estabilidade da democracia
São Bernardo do Campo, Santo André
e São Caetano do Sul
2010

Estabilidade	Câmara Municipal		
	SBC*	SA	SCS
Muito Estável	75,0 (12)	77,8 (14)	62,5 (5)
Bastante Estável	25,0 (4)	22,2 (4)	37,5 (3)
Pouco Estável	-.**	-	-
Não é Estável	-	-	-
TOTAL	100,0 (16)	100,0 (18)	100,0 (8)

Fonte: Pesquisa Felisbino e Kerbaury (2010).

Obs.: * SBC = São Bernardo do Campo; SA = Santo André e SCS = São Caetano do Sul. ** Sinal para indicar % e N igual a zero.

Constatamos que para os vereadores, o Brasil é uma democracia e ela está Muito estável, apesar disso, quando se trata de identificar o grau de estabilidade desse regime nas suas opiniões, o resultado obtido está acima daqueles encontrados nas percepções dos

⁹ Para identificar essa estabilidade, trabalhamos com algumas categorias como Muito e Bastante estável e acreditamos que a diferença entre elas está na intensidade aferida de cada termo. No Dicionário de Língua Portuguesa Houaiss encontramos essa distinção: o termo Muito (advérbio) significa “exageradamente”, “excessivamente”, ou, ainda, “abundantemente”; enquanto o termo Bastante (também advérbio) expressa “quantidade suficiente”, “satisfatoriamente”, ou, ainda, “muito de maneira acima da média”. Podemos perceber que literalmente a categoria Muito estável agrega mais intensidade de aferição que a categoria Bastante estável, pois Muito é mais forte que Bastante. Embora exista essa diferença de intensidade, o importante é saber se os entrevistados reconhecem se atualmente a democracia no Brasil está Muito ou Bastante estável, pois ambas as opiniões podem mostra que esse regime está na direção da sua estabilidade.

membros das elites parlamentares de alguns países da América do Sul¹⁰ e da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. É importante dizer que esse grau é obtido com a soma das categorias Muito e Bastante estável que pode indicar um grau Baixo (variando entre 0,00%-39,99%), Médio (40,00%-79,99%) ou Alto (80,00%-100,00%).

Felisbino (2011, 2008a, 2008b), ao analisar as opiniões dos parlamentares sul-americanos sobre a democracia, identificou que o Uruguai, Argentina e o Brasil são os países onde o grau de estabilidade democrática é Alto, isto significa que os valores encontrados, 97,80%, 95,20% e 93,30%, respectivamente, oscilam no intervalo de 80,00% a 100,00%. Por outro lado, o Paraguai e a Venezuela são os países latinos que apresentam algumas dificuldades com a estabilidade da democracia, pois o grau desses países, de acordo com a nossa classificação, é Médio, 67,10% e 63,10%, respectivamente. Felisbino e Kerbauy (2011, 2010a, 2010b), ao examinarem as percepções dos deputados estaduais paulistas, constataram que o valor do grau da estabilidade democrática está um pouco abaixo do encontrado entre as elites parlamentares da América do Sul, com exceção dos resultados achados para os países do Paraguai e da Venezuela, mas esse grau, nas opiniões dos deputados estaduais paulistas, é Alto, visto que o valor obtido foi de 86,70%. Já para o grupo de vereadores aqui analisado, o grau de estabilidade nas suas opiniões é Alto e com o diferencial de que está acima dos valores encontrados nos exemplos supracitados, pois com os parlamentares sanbernardenses, andreenses e sancaetanenses, o valor do grau de estabilidade (somatória das categorias Muito e Bastante estável) atingiu, para os três grupos, 100,00%.

Se nas percepções dos vereadores a democracia apresenta uma alta estabilidade, como está a adesão a ela? Com relação a isto, verificamos um amplo apoio dos parlamentares à democracia como a melhor forma de governo. Essa adesão, quando comparada com as pesquisas do Latinobarómetro, está em um patamar muito acima. Para observar isto apresentamos a Tabela 2, que mostra os percentuais das opiniões dos latino-americanos, e a Tabela 3, que exhibe as porcentagens das percepções dos parlamentares entrevistados que preferem a democracia a qualquer outro tipo de regime.

¹⁰ Embora seja uma comparação entre esferas governamentais (nacional *versus* municipal) e localizações (São Bernardo do Campo/Santo André/São Caetano do Sul *versus* alguns países sul-americanos) diferentes, ela se justifica pela curiosidade em querer conhecer como anda a democracia nas opiniões dos parlamentares de diferentes classes políticas em locais distintos.

Tabela 2
Adesão à democracia¹¹
América Latina
2008 e 2009

País	Ano		Diferença entre os anos
	2008	2009	
Brasil	47,0	55,0	8,0
Venezuela	82,0	84,0	2,0
Uruguai	79,0	82,0	3,0
República Dominicana	73,0	67,0	- 6,0
Bolívia	68,0	71,0	3,0
Costa Rica	67,0	74,0	7,0
Colômbia	62,0	49,0	- 13,0
Argentina	60,0	64,0	4,0
Nicarágua	58,0	55,0	- 3,0
Panamá	56,0	64,0	8,0
Equador	56,0	43,0	- 13,0
Paraguai	53,0	46,0	- 7,0
Chile	51,0	59,0	8,0
El Salvador	50,0	68,0	18,0
Peru	45,0	52,0	7,0
Honduras	44,0	55,0	11,0
México	43,0	42,0	- 1,0
Guatemala	34,0	42,0	8,0

Fonte: Latinobarómetro.

Tabela 3
Adesão à democracia
São Bernardo do Campo, Santo André e São Caetano do Sul
2010

Adesão	Câmara Municipal		
	SBC*	SA	SCS
A democracia é sempre a melhor forma de governo.	87,5 (14)	100,0 (18)	100,0 (8)
A democracia às vezes é a melhor forma de governo.	12,5 (2)	-.**	-
A democracia nunca é a melhor forma de governo.	-	-	-
É indiferente ter ou não uma democracia.	-	-	-
TOTAL	100,0 (16)	100,0 (18)	100,0 (8)

Fonte: Pesquisa Felisbino e Kerbaury (2010).

Obs.: * SBC = São Bernardo do Campo; SA = Santo André e SCS = São Caetano do Sul. ** Sinal para indicar % e N igual a zero.

¹¹ Essa adesão diz respeito a seguinte pergunta no questionário do Latinobarómetro: *¿Con cuál de las siguientes frases está Ud. más de acuerdo? La democracia es preferible a cualquier otra forma de gobierno. En algunas circunstancias, un gobierno autoritario puede ser preferible a uno democrático. A la gente como uno, nos da lo mismo un régimen democrático que uno no democrático.*

Como podemos observar na Tabela 2, menos da metade dos cidadãos colombianos, paraguaios, equatorianos, mexicanos e dos guatemaltecos entrevistados pelos pesquisadores vinculados ao Latinobarómetro, em 2009, consideram a democracia o melhor regime para se viver, com 49,0%, 46,0%, 43,0%, 42,0% e 42,0% do total, respectivamente. Entre os brasileiros, ainda a adesão à democracia pode ser considerada baixa. Segundo esse instituto de pesquisa, no ano de 2008, o percentual de brasileiros que preferem a democracia a qualquer outra forma de governo não chegou os 50,0%. Em 2009 esse percentual pulou para 55,0%, mas o apoio dos brasileiros à democracia, quando comparado à Bolívia (71,0%), ainda é baixo. Já no topo da aceitação da democracia, estão os cidadãos venezuelanos e os uruguaios, com, respectivamente, 84,0% e 82,0% do total.

Ao contrário do que ocorreu entre os latino-americanos, em especial com os brasileiros entrevistados, para os vereadores andreenses e sancaetanenses a adesão a essa forma de governo abrange todos os membros das casas Legislativas, com 100,0% cada uma, enquanto com os sanbernardenses esse apoio é de 87,5%. Segundo as informações expostas na Tabela 3, podemos afirmar que a volta aos anos de chumbo está longe de acontecer. Além disso, a tabela ainda informa que somente dois parlamentares da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo crêem que a democracia às vezes é a melhor forma de governo. Acreditamos que talvez essas opiniões possam ser um reflexo do alto percentual (45,0% em 2009) de brasileiros que não acreditam na democracia como a melhor forma de governo.

As informações apresentadas na Tabela 3 não nos dizem nada a respeito de quão intensamente os parlamentares entrevistados aderem à democracia. Para tentar verificar essa intensidade, os vereadores tiveram que Concordar ou Discordar de algumas situações hipotéticas que justificariam o fim do regime democrático. A Tabela 4 exhibe os percentuais em que o fim da democracia seria ou não aceitável nas situações apresentadas aos entrevistados.

Tabela 4
Concorda ou discorda com o fim da democracia
São Bernardo do Campo, Santo André e São Caetano do Sul
2010

Situação hipotética	% (N)								
	Câmara Municipal								
	SBC***		TOTAL	SA		TOTAL	SCS		TOTAL
C**	D	C		D	C		D		
A*	31,2 (5)	68,8 (11)	100,0 (16)	11,1 (2)	88,9 (16)	100,0 (18)	12,5 (1)	87,5 (7)	100,0 (8)
B	31,2 (5)	68,8 (11)	100,0 (16)	16,7 (3)	83,3 (15)	100,0 (18)	12,5 (1)	87,5 (1)	100,0 (8)
C	25,0 (4)	75,0 (12)	100,0 (16)	16,7 (3)	83,3 (15)	100,0 (18)	-	100,0 (8)	100,0 (8)
D	37,5 (6)	62,5 (10)	100,0 (16)	22,2 (4)	77,8 (14)	100,0 (18)	12,5 (1)	87,5 (7)	100,0 (8)
E	31,2 (5)	68,8 (11)	100,0 (16)	22,2 (4)	77,8 (14)	100,0 (18)	*****	100,0 (8)	100,0 (8)
F	25,0 (4)	75,0 (12)	100,0 (16)	16,7 (3)	83,3 (15)	100,0 (18)	-	100,0 (8)	100,0 (8)
G	75,0 (12)	25,0 (4)	100,0 (16)	77,8 (14)	22,2 (4)	100,0 (18)	75,0 (6)	25,0 (2)	100,0 (8)

Fonte: Pesquisa Felisbino e Kerbauy (2010).

Obs.: * A = Ameaça à propriedade privada; B = Ameaça aos valores morais e religiosos; C = Ameaça à ordem pública em função de crise econômica; D = Corrupção generalizada; E = Ameaça ao Estado pelo crime organizado; F = Quebra da hierarquia das instituições militares e G = Não é aceitável o fim da democracia. ** C = Concorda e D = Discorda. *** SBC = São Bernardo do Campo; SA = Santo André e SCS = São Caetano do Sul. **** Sinal para indicar % e N igual a zero.

A matriz de dados acima reforça as informações expostas anteriormente com a Tabela 3, pois podemos observar uma forte adesão dos vereadores à democracia. Isto se confirma porque em nenhuma das situações hipotéticas dadas aos membros das Câmaras Municipais a opção Concorda foi aceita pela maioria dos grupos analisados, exceto na situação G. O que mais estimulam os sanbernardenses a aceitarem o fim da democracia foram as situações que envolvem a corrupção generalizada (37,5%), a ameaça à propriedade privada, a ameaça aos valores morais e religiosos, a ameaça ao Estado pelo crime organizado (31,2% cada um), a ameaça à ordem pública em função de crise econômica e a quebra da hierarquia das instituições militares (25,0% cada um). Entretanto, no grupo analisado por nós, alguns parlamentares dizem concordar com o fim dessa forma de governo e com essas percepções apreendidas por nós não permitem conhecer os possíveis motivos dessas opiniões. O mesmo se aplica com os andreenses, mas com porcentagens diferentes. Entre os vereadores sancaetanenses, a ameaça à propriedade privada, a ameaça aos valores morais e religiosos e a corrupção generalizada (12,5% cada

um) foram as situações que mais motivam esses parlamentares a aceitarem o fim desse regime. Em resumo, alguns vereadores dos municípios de São Bernardo do Campo e Santo André estão mais propensos a aceitarem a interrupção desse regime do que os seus colegas de São Caetano do Sul.

Os dados apresentados da Tabela 4 ainda chamam atenção para duas situações. A primeira foi saber que a ameaça à propriedade privada não é um problema para a maioria dos entrevistados para interromper a democracia. A segunda compartilha com alguns estudos sobre as elites e a democracia (MOISÉS, 2005, 2010; LIMA e CHEIBUD, 1996), pois esses textos constataram, após um árduo período de ditadura, que muitos entrevistados (os nossos são sete casos, quatro de São Bernardo do Campo e três de Santo André) não acharam que se deve interromper a democracia por uma eventual crise no interior da caserna (veja a situação hipotética F). Por fim, é importante ressaltar que os dados expostos na matriz de dados acima podem apresentar, para o grupo sanbernardense, certa incoerência nas respostas de alguns vereadores: em corrupção generalizada, ameaça à propriedade privada, ameaça aos valores morais e religiosos e em ameaça ao Estado pelo crime organizado, o percentual dos que manifestam a preferência pela opção Concorda é maior (37,5%, 31,2%, 31,2% e 31,2%) do que a dos que escolhem a alternativa Discorda na última situação hipotética (25,0%). Já para os vereadores andreenses e sancaetanenses apresentam certa coerência nas suas respostas, isto é, ao escolherem a opção Discordar na última situação (Não é aceitável o fim da democracia), o valor de N é superior às demais opção Concordar (exceto para última assertiva), onde o escore de N é inferior.

Conteúdo do apoio democrático

Com as discussões realizadas até o momento, podemos dizer que os vereadores apóiam fortemente a democracia, entretanto não conhecemos o conteúdo desse apoio. Acreditamos que o parlamentar já possui previamente uma noção do que seja a democracia e a identificação desse conteúdo pode dar os contornos desse conceito.

O conteúdo de adesão foi identificado apresentando aos vereadores alguns temas da igualdade social e da participação política, pois são assuntos que circunscrevem os princípios da democracia. Aqui o nosso objetivo é conhecer as opiniões dos entrevistados

sobre as medidas que visem não apenas fortalecer o crescimento da igualdade social como também o aumento da participação da atividade política.

Perissinotto e Braunert (2007, 2006) ressaltam que a igualdade social é um assunto relevante na análise das percepções dos parlamentares sobre a democracia, pois para os entrevistados existem alguns obstáculos, por exemplo, a desigualdade da renda, a deficiência educacional da maioria dos cidadãos etc, que poderiam ameaçar a consolidação desse regime. Nesse sentido, para conhecer as opiniões dos vereadores sobre políticas sociais, os entrevistados tiveram que se posicionar concordando ou discordando com algumas políticas que poderiam contribuir para superar tais obstáculos e para dirimir a desigualdade social entre os grupos sociais. A Tabela 5 apresenta os percentuais das opiniões dos parlamentares com relação às políticas sociais igualitárias.

Tabela 5
Concorda ou discorda com a promoção de políticas igualitárias
São Bernardo do Campo, Santo André e São Caetano do Sul
2010

Igualdade social	% (N)								
	Câmara Municipal								
	SBC***		TOTAL	SA		TOTAL	SCS		TOTAL
C**	D	C		D	C		D		
A*	93,7 (15)	6,3 (1)	100,0 (16)	83,3 (15)	16,7 (3)	100,0 (18)	87,0 (7)	13,0 (1)	100,0 (8)
B	100,0 (16)	*****	100,0 (16)	100,0 (18)	-	100,0 (18)	87,0 (7)	13,0 (1)	100,0 (8)
C	50,0 (8)	50,0 (8)	100,0 (16)	77,8 (14)	22,2 (4)	100,0 (18)	62,5 (5)	37,5 (3)	100,0 (8)
D	43,7 (7)	56,3 (9)	100,0 (16)	66,6 (12)	33,4 (6)	100,0 (18)	25,0 (2)	75,0 (6)	100,0 (8)
E	43,7 (7)	56,3 (9)	100,0 (16)	38,9 (7)	61,1 (11)	100,0 (18)	37,5 (3)	62,5 (5)	100,0 (8)
F	43,7 (7)	56,3 (9)	100,0 (16)	38,9 (7)	61,1 (11)	100,0 (18)	62,5 (5)	37,5 (3)	100,0 (8)
G	50,0 (8)	50,0 (8)	100,0 (16)	66,6 (12)	33,4 (6)	100,0 (18)	37,5 (3)	62,5 (5)	100,0 (8)

Fonte: Pesquisa Felisbino e Kerbauy (2010).

Obs.: * A = Sistema universitário gratuito; B = Universalização da saúde pública; C = Renda mínima para todos; D = Cotas para negros nas universidades públicas; E = Reforma agrária em terras produtivas ou não; F = Legalização da prática do aborto e G = União civil de pessoas do mesmo sexo. ** C = Concorda e D = Discorda. *** SBC = São Bernardo do Campo; SA = Santo André e SCS = São Caetano do Sul. **** Sinal para indicar % e N igual a zero.

As políticas apresentadas acima expõem os sentimentos igualitários dos nossos entrevistados, pois podemos observar certo apoio às políticas que buscam diminuir as diferenças entre os cidadãos no interior da sociedade. No geral, eles são favoráveis às

políticas, mas fazem algumas exceções. No interior do grupo sanbernardense, merece destacar as políticas que focam a universalização da saúde pública (100,0%) e o sistema universitário gratuito (93,7%). Entre os membros pertencentes à Câmara Municipal do município de Santo André, a universalização da saúde pública (100,0%), o sistema universitário gratuito (83,3%), a renda mínima (77,8%), a cota para negros nas universidades públicas e a união civil de pessoas do mesmo sexo (66,6% cada um) foram as políticas que mais chamam atenção dos vereadores andreenses. No seio do grupo sancaetanenses, ganha relevância as políticas que abordam a universalização da saúde pública, o sistema universitário gratuito (87,0% cada um), a renda mínima e a legalização da prática do aborto (62,5% cada um). Com os dados dessa tabela também permitem fazer mais duas observações. A primeira é que algumas políticas dividem o universo analisado, por exemplo, entre os vereadores sanbernadenses, a renda mínima para todos divide o grupo sobre essa política igualitária. A segunda é que algumas dessas políticas, como, a legalização da prática do aborto e a união civil de pessoas do mesmo sexo, ainda têm pouca aceitação e aderência entre os membros da classe política local.

Continuando com a caracterização do conteúdo da democracia, o próximo ponto foi conhecer as opiniões dos parlamentares sobre o tema da participação política. Para apreender tais percepções, os vereadores tiveram que se posicionar concordando ou discordando com algumas políticas que poderiam contribuir para o alargamento das esferas de participação dos cidadãos. A Tabela 6 apresenta os percentuais das opiniões dos nossos entrevistados com relação à ampliação participativa no interior da sociedade.

Tabela 6
Concorda ou discorda com a ampliação da participação política
São Bernardo do Campo, Santo André e São Caetano do Sul
2010

Participação política	% (N)								
	Câmara Municipal								
	SBC***			SA			SCS		
	C**	D	TOTAL	C	D	TOTAL	C	D	TOTAL
A*	87,4 (14)	12,6 (2)	100,0 (16)	100,0 (18)	-****	100,0 (18)	100,0 (8)	-	100,0 (8)
B	37,4 (6)	62,6 (10)	100,0 (16)	38,8 (7)	61,2 (11)	100,0 (18)	50,0 (4)	50,0 (4)	100,0 (8)
C	37,4 (6)	62,6 (10)	100,0 (16)	66,8 (12)	33,4 (6)	100,0 (18)	50,0 (4)	50,0 (4)	100,0 (8)
D	43,7 (7)	56,3 (9)	100,0 (16)	50,0 (9)	50,0 (9)	100,0 (18)	50,0 (4)	50,0 (4)	100,0 (8)
E	68,7 (11)	31,3 (5)	100,0 (16)	44,6 (8)	55,4 (10)	100,0 (18)	50,0 (4)	50,0 (4)	100,0 (8)

Fonte: Pesquisa Felisbino e Kerbauy (2010).

Obs.: * A = Participação do cidadão pelo voto; B = Participação do cidadão pelo plebiscito; C = Participação do cidadão pelos conselhos gestores; D = Participação do cidadão pelo orçamento participativo e E = Participação direta do cidadão nos assuntos públicos. ** C = Concorda e D = Discorda. *** SBC = São Bernardo do Campo; SA = Santo André e SCS = São Caetano do Sul. **** Sinal para indicar % e N igual a zero.

Os vereadores sanbernardenses, andreenses e sancaetanenses vêem a democracia estritamente associada ao campo eleitoral. Noutras palavras, somente existirá esse regime se houver a participação do cidadão pelo voto (100,0%, 100,0% e 87,4%) e, conseqüentemente, as eleições são instrumentos essenciais para aumentar o escopo participativo dos cidadãos e para manutenção da sua funcionabilidade. A participação direta do cidadão em todas as decisões, que se constitui na visão democrática defendida por Jean-Jacques Rousseau, é vista diferentemente nos três grupos analisados: com os vereadores sanbernardenses, essa prática é bem aceita por eles, pois 68,7% concordam; mais de 50,0% dos parlamentares andreenses não concordam com a participação direta dos cidadãos nas decisões em assuntos públicos e com os vereadores sancaetanenses esse tipo de ação participativa divide o grupo (50,0% contra 50,0%). Os outros tipos de participação (conselhos gestores, plebiscito e orçamento participativo) são aceitos por alguns parlamentares, mas para outros essas instâncias participativas são desnecessárias em um regime democrático. Para eles o que valem são as eleições, com a participação ativa dos cidadãos (aqui entendemos essa participação somente no ato de votar) na escolha dos seus representantes (SCHUMPETER, 1984).

Os partidos e as eleições são instituições fundamentais para o bom funcionamento da democracia. O partido é considerado um mecanismo de expressão e de representação, ao mesmo tempo cumpre com a função de governar. Já a eleição é uma das quatro propriedades fundamentais da democracia, isto significa que é um instrumento institucional básico e essencial de qualquer sistema político dito democrático (MAINWARING, BRINKS e PÉREZ-LIÑÁN, 2001).

A fim de conhecer as opiniões dos vereadores sobre a importância dos partidos e das eleições para a democracia, apresentamos a eles as seguintes situações: (a) há pessoas que dizem que sem partidos não pode existir democracia e (b) as eleições são sempre o melhor meio para expressar determinadas preferências políticas. O nosso objetivo foi identificar em que medida os entrevistados reconhecem a importância dessas instituições para a democracia. Para isto, eles tiveram concordar ou discordar das afirmações apresentadas. Os resultados podem ser vistos na tabela seguir.

Tabela 7
Concorda ou discorda com a importância dos partidos e das eleições
São Bernardo do Campo, Santo André e São Caetano do Sul
2010

Situação	% (N)								
	Câmara Municipal								
	SBC***		TOTAL	SA		TOTAL	SCS		TOTAL
C**	D	C		D	C		D		
A*	100,0 (16)	-****	100,0 (16)	100,0 (18)	-	100,0 (18)	100,0 (8)	-	100,0 (8)
E	100,0 (16)	-	100,0 (16)	100,0 (18)	-	100,0 (18)	100,0 (8)	-	100,0 (8)

Fonte: Pesquisa Felisbino e Kerbauy (2010).

Obs.: * A = Há pessoas que dizem que sem partido não pode existir democracia e B = As eleições são sempre o melhor meio para expressar determinadas preferências políticas. ** C = Concorda e D = Discorda. *** SBC = São Bernardo do Campo; SA = Santo André e SCS = São Caetano do Sul. **** Sinal para indicar % e N igual a zero.

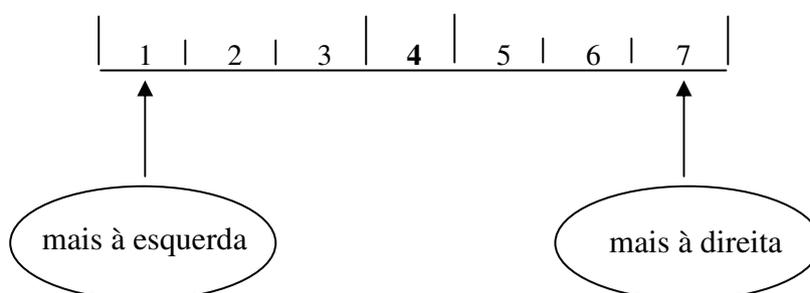
Todos os parlamentares estão de acordo com a afirmação de que sem partido não pode existir democracia. Ao analisar a relevância das legendas partidárias para a democracia entre as elites parlamentares de alguns países da América do Sul e da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, as opiniões desses grupos são parecidas com aqueles encontrados por nós para os vereadores dos municípios de São Bernardo do

Campo, Santo André e São Caetano do Sul. Felisbino (2011, 2008a, 2008b), ao analisar essas afirmações para os sul-americanos, constatou que os paraguaios, uruguaios e os argentinos são os parlamentares que mais concordam com a afirmação sobre os partidos, com 94,5%, 89,5% e 81,0% do total, respectivamente. Por outro lado, os colombianos, equatorianos, venezuelanos e os bolivianos são os legisladores que menos aceitam a afirmação de que sem partido não pode existir democracia, com, respectivamente, 75,8%, 74,2%, 68,0% e 62,5% do total. Felisbino e Kerbauy (2011, 2010a, 2010b), ao examinarem as percepções dos deputados estaduais paulistas, constataram que 93,3% dos parlamentares estão de acordo de que o partido é crucial para a existência da democracia. Mesmo que alguns parlamentares colombianos, equatorianos, venezuelanos, bolivianos e paulista (um caso) discordem da afirmação sobre os partidos, segundo Sáez e Freidenberg (2007), eles continuam sendo as principais instituições que estruturam a dinâmica política dos países latino-americanos.

A Tabela 7 também informa que os vereadores sanbernardenses, andreenses e sancaetanenses concordam com a afirmação de que a melhor forma de expressão das preferências políticas é por meio da eleição. Essa mesma percepção também foi constatada entre a maioria dos parlamentares dos países sul-americanos, pois eles acreditam na importância das eleições para fortalecer a democracia. Os argentinos, uruguaios e os paraguaios são os parlamentares que mais acreditam na importância das eleições no regime democrático com 98,4%, 95,3% e 92,9% do total, respectivamente (FELISBINO, 2011, 2008a, 2008b). Não podemos dizer o mesmo para os venezuelanos, bolivianos e os equatorianos, pois os membros pertencentes às elites parlamentares desses países apresentam um baixo percentual de concordância com a afirmação sobre as eleições, com, respectivamente, 88,0%, 77,5% e 75,5% do total. Já com relação aos deputados estaduais paulistas, todos concordam que a eleição é uma instituição que facilita a exposição das preferências dos grupos no interior da sociedade (FELISBINO e KERBAUY, 2011, 2010a, 2010b).

Opções ideológicas e democracia

A percepção de democracia dos vereadores está vinculada à criação de alguns serviços básicos estatais e à participação dos cidadãos pelo voto, o que faz perguntar: a opção ideológica influencia a percepção do vereador sobre a democracia? ter ou não uma posição pode comprometer a adesão à democracia? Para apreender o posicionamento ideológico dos parlamentares sanbernardenses, andreenses e sancaetanenses, elaboramos uma escala de 1 a 7¹² (abaixo), na qual 1 representa a posição mais à esquerda e 7 mais à direita.



Esse tipo de escala é um procedimento bastante utilizado por muitos pesquisadores (SÁEZ, 2008, 2004; ZUCCO JR., 2009) e produz algumas opiniões contrárias ao seu uso para apreender a opção ideológica do parlamentar, pois o entrevistado pode mentir sobre a sua verdadeira posição no espaço ideológico (PERISSINOTTO e BRAUNERT, 2007, 2006; SÁEZ, 2004). Tendo conhecimento desse risco, resolvemos utilizá-la, pois no momento foi a melhor ferramenta que encontramos para atingir o nosso objetivo de entender a relação entre opção ideológica e democracia.

Depois de identificada a posição de cada vereador, constatamos que os espaços de centro-esquerda e de centro tornaram-se escolhidos pela maioria dos vereadores de São Bernardo do Campo e Santo André, enquanto uma boa parte dos parlamentares de São Caetano do Sul está alojada nas opções de centro-direita e direita. Os resultados encontram-se na Tabela 8.

¹² Cada uma das opções dessa escala representa uma posição ideológica, mas elas não foram mostradas na questão do nosso questionário auto-administrado, pois acreditamos que poderia intimidar os entrevistados no momento da escolha.

Tabela 8
Opção ideológica
São Bernardo do Campo, Santo André
e São Caetano do Sul
2010

Opção	% (N)		
	Câmara Municipal		
	SBC*	SA	SCS
Extrema-esquerda	12,5 (2)	11,1 (2)	-
Esquerda	25,0 (4)	16,7 (3)	-
Centro-esquerda	12,5 (2)	27,7 (5)	12,5 (1)
Centro	31,3 (5)	16,7 (3)	12,5 (1)
Centro-direita	12,5 (2)	11,1 (2)	25,0 (2)
Direita	6,2 (1)	5,6 (1)	37,5 (3)
Extrema-direita	-.**	11,1 (2)	12,5 (1)
TOTAL	100,0 (16)	100,0 (18)	100,0 (8)

Fonte: Pesquisa Felisbino e Kerbaury (2010).

Obs.: * SBC = São Bernardo do Campo; SA = Santo André e SCS = São Caetano do Sul. ** Sinal para indicar % e N igual a zero.

A maioria dos vereadores andreenses escolheu as opções de centro-esquerda (cinco casos) e centro (três) e aqui concordamos com o que Perissinotto e Braunert (2007, p. 205) afirmam dos deputados estaduais do Paraná ao escolherem o centro-esquerda como opção ideológica: “(...) uma posição que não se compromete com a insensibilidade social da direita nem com as posições ‘extremadas’ e ‘ultrapassadas’ da esquerda (...)”. Esse raciocínio também se pode aplicar aos parlamentares de São Bernardo do Campo, ao escolherem, na sua maioria, as opções de centro (cinco casos) e centro-esquerda (dois) do espectro ideológico. Em resumo, ser de centro-esquerda ou de centro significa ter um posicionamento que não fere estrategicamente quem pertence a um partido de esquerda ou de direita. O mesmo não se pode dizer dos vereadores sancaetanenses, pois alguns deles estão distribuídos entre o centro-direita e a direita. Esse breve retrato ideológico dos vereadores reflete nas filiações partidárias? O cruzamento das variáveis opção ideológica e classificação dos partidos¹³ mostrou-se significativa, isto quer dizer que, em princípio,

¹³ A classificação dos partidos em esquerda, centro e direita foi baseada em Figueiredo e Limongi (1999).

existe uma associação entre essas variáveis para todos os casos estudados. No teste do Qui-Quadrado, o p-valor (nível de significância) foi menor (0,021) que o estabelecido estatisticamente (0,05); além do mais, o r de Pearson (0,491) e o coeficiente de contingência (0,603) reforçam esta associação. Embora os testes estatísticos indiquem certa relação, alguns dos nossos entrevistados não apresentam uma estreita interação entre ideologia e partido, por exemplo, um parlamentar filiado ao PSB (legenda classificada pela literatura com de esquerda) escolheu a posição número 6 da nossa escala (Direita) e ele pergunta: “que é direita ou esquerda para quem legisla em favor do cidadão?” desta sua pergunta surgiu outra: será que esses parlamentares estabelecem uma relação mais instrumental com o partido? Acreditamos que sim! Segundo a literatura especializada, o principal desejo dos atores políticos é se reeleger, então, eles vão trabalhar para que isto aconteça, mesmo que tenha que deixar as propostas partidárias de lado (AMES, 2003).

Independente disto seria interessante a analisar as percepções dos parlamentares entrevistados que preferem a democracia a qualquer outro tipo de regime, segundo as suas escolhas ideológicas. A Tabela 9 exhibe essas informações.

Tabela 9
Adesão à democracia, segundo a opção ideológica
São Bernardo do Campo, Santo André e São Caetano do Sul
2010

Câmara Municipal	Adesão à democracia	Opção ideológica							TOTAL
		1***	2	3	4	5	6	7	
SBC*	A**	6,25 (1)	18,75 (3)	12,5 (2)	31,3 (5)	12,5 (2)	6,25 (1)	-	100,0 (16)
	B	50,0 (1)	50,0 (1)	-	-	-	-	-	100,0 (2)
	C	*****	-	-	-	-	-	-	-
	D	-	-	-	-	-	-	-	-
SA	A	11,1 (2)	16,7 (3)	27,7 (5)	16,7 (3)	11,1 (2)	5,6 (1)	11,1 (2)	100,0 (18)
	B	-	-	-	-	-	-	-	-
	C	-	-	-	-	-	-	-	-
	D	-	-	-	-	-	-	-	-
SCS	A	-	-	12,5 (1)	12,5 (1)	25,0 (2)	37,5 (3)	12,5 (1)	100,0 (8)
	B	-	-	-	-	-	-	-	-
	C	-	-	-	-	-	-	-	-
	D	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa Felisbino e Kerbaury (2010).

Obs.: * SBC = São Bernardo do Campo; AS = Santo André e SCS = São Caetano do Sul. ** A = A democracia é sempre a melhor forma de governo; B = A democracia às vezes é a melhor forma de governo; C = A democracia nunca é a melhor forma de governo e D = É indiferente ter ou não uma democracia. ** 1 = Extrema-esquerda; 2 = Esquerda; 3 = Centro-esquerda; 4 = Centro; 5 = Centro-direita; 6 = Direita e 7 = Centro-direita. ***** Sinal para indicar % e N igual a zero.

A tabela acima mostra duas situações: (a) os vereadores sanbernadenses e andreenses que estão mais à esquerda da escala tendem aderir mais facilmente à democracia, enquanto com (b) os parlamentares sancaetanenses ocorre o inverso, isto é, quanto mais à direita do espectro ideológico estiver o vereador maior é a probabilidade de ele apoiar esse regime. Noutras palavras, a opção ideológica do vereador não é responsável no apoio dado à democracia, vejamos porque estatisticamente: o coeficiente de contingência entre as variáveis analisada foi de 0,380 e o nível de significância foi de 0,313, muito alto e isto mostra que não há associação significativa entre adesão à democracia e opção ideológica dos vereadores. Talvez existam outros fatores que possam explicar essa adesão, mas, com certeza, a opção ideológica não se mostrou suficiente para afirmar tal associação.

À guisa de conclusão

Acreditamos que oferecemos algumas contribuições às análises que focam nos valores da democracia e, conseqüentemente, também ampliamos as propostas das pesquisas “Democracias comparadas dos Estados brasileiros: opiniões e valores das elites parlamentares das Assembléias Legislativas de São Paulo e Maranhão” e “As elites administrativas, parlamentares e partidárias do Paraná, 1995-2006”, pois foram elas que inspiraram a realização deste texto. Diante disto, o que podemos concluir com o exame das opiniões dos vereadores dos municípios de São Bernardo do Campo, Santo André e São Caetano do Sul?

- (a) os vereadores reconhecem a democracia como o melhor ambiente societal para se viver e, ao mesmo tempo, eles admitem que ela está estável.
- (b) os parlamentares apoiam fortemente à democracia e essa adesão está muito acima do encontrado, em 2009, pelos pesquisadores associados ao Latinobarómetro (55,0% contra 93,3%). Além disso, somente alguns vereadores aceitam a sua interrupção.
- (c) os vereadores indicam uma adesão a um tipo de democracia que mostra duas características: (c.i) o ato de votar apresenta o atributo político mais relevante desse regime e (c.ii) identifica as políticas públicas de caráter social como instrumentos que direcionam o Estado a serviços considerados básicos para a sobrevivência do cidadão no seu dia-a-dia.
- (d) os parlamentares reconheceram a importância que os partidos e as eleições, sobretudo as periódicas e as livres, têm no interior da sociedade de estruturarem as vontades e as decisões políticas dos diferentes grupos sociopolíticos.
- (e) os vereadores mostram que a adesão à democracia não sofre influência da opção ideológica, ou seja, independente da posição declarada pelos parlamentares, eles vão apoiá-la como sendo superior a qualquer outro tipo de regime.

Do acima exposto, podemos finalizar este texto dizendo que hoje a democracia brasileira, na visão dos membros das diferentes elites, traz consigo outros fatores que permitem dizer que esse regime apresenta uma robustez sociopolítica, que dificilmente deixará de existir.

Bibliografia

- AMES, Barry (2003). Os entraves da democracia no Brasil, RJ: FGV.
- ANASTASIA, Fátima, MELO, Carlos R. e SANTOS, Fabiano (2004). Governabilidade e representação política na América do Sul. SP: UNESP.
- ALMEIDA, Bruna Gisi M. de e BRAUNERT, Mariana Bettega (2007). Técnicos de Estado e democracia: os valores políticos da elite política-administrativa paranaense (1995-2002), In PERISSINOTTO, Renato Monseff, CODATO, Adriano Nervo, FUKS, M., BRAGA, Sérgio Soares (Orgs.) (2007). Quem governa? Um estudo das elites políticas do Paraná, Curitiba: Editora da UFPR.
- BABBIE, Earl (2003). Métodos de pesquisas de survey. Belo Horizonte: UFMG.
- DAHL, Robert A. (1997), La poliarquía: participación y oposición. Espanha: Tecnos.
- FELISBINO, Riberti de Almeida (2011). A democracia nas Américas: a situação nos países do Mercosul. Brasília: Meridiano 47, v. 12, n° 124, p. 9-15, 2011.
- _____ (2008a). Instituições e valores políticos: as opiniões das elites parlamentares dos países do Mercosul em perspectiva comparada. Campinas: 6° Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas.
- _____ (2008b). Como está o regime democrático na América do Sul? as opiniões dos parlamentares sul-americanos. Maringá: Revista Espaço Acadêmico, n° 88, ano VIII, p. 1-12.
- _____ (2005). A elite parlamentar latino-americana: Colômbia, Peru e Paraguai em perspectiva comparada. São Carlos: III Congresso de Pós-Graduação/VI Jornada Científica, Universidade Federal São Carlos.
- FELISBINO, Riberti de Almeida e KERBAUY, Maria Teresa Miceli (2011). A democracia e os valores políticos da elite parlamentar da Assembleia do Estado de São Paulo (2007-2009). São Carlos: II Fórum de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal São Carlos.
- _____ (2010a). Democracias comparadas dos Estados brasileiros: valores políticos das elites parlamentares. Recife: 7° Encontro da ABCP.

-
- (2010b). Atitudes políticas dos deputados estaduais paulistas e paranaenses: as dimensões da democracia nos Estados brasileiros. Curitiba: II Seminário Nacional Sociologia & Política, Universidade Federal do Paraná.
- FELISBINO, Riberti de Almeida e MIRANDA, Francisco J. Lemus (2005). ¿Qué piensa la elite política latinoamericana sobre la actividad de los partidos políticos: Brasil y Guatemala en perspectiva comparada, Tordesillas (Espanha): XI Encuentro de Latinoamericanistas: La Comunidad Iberoamericana de Naciones, Universidad de Valladolid.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub e LIMONGI, Fernando (1999). Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional, São Paulo: FGV/FAPESP.
- FLORIA, Carlos A. (1997). América Latina: la democracia en tiempo difíciles, In Élités y democracia, Espanha: Revista de Ciencias Sociales América Latina Hoy, n° 16, p. 05-14.
- FREIDENBERG, Flavia (2007). Análisis de las elecciones en América Latina. Disponível em <http://americo.usal.es/oir/opal/elecciones/elecciones_Freidenberg06.pdf> e acessado em 10/06/2008.
- LIMA, Maria Regina Soares e CHEIBUB, Zairo Borges (1996). Instituições e valores: as dimensões da democracia na visão da elite brasileira. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais, n° 31, p.83-110.
- MAINWARING, Scott (2003). Sistemas partidários em novas democracias: O caso do Brasil, Rio de Janeiro/Porto Alegre: FGV/Mercado Aberto.
- _____ (1993). Democracia presidencialista: o caso do Brasil. São Paulo: Lua Nova Revista de Cultura Política, n° 28/29, p. 21-74.
- MAINWARING, Scott, BRINKS, Daniel e PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal (2001). Classificando regimes políticos na América Latina, 1945-1999. Rio de Janeiro: Revista de Ciências Sociais DADOS, vol. 44, n° 4, p. 645-687.
- MILLS, Charles Wright (2001). La élite del poder. 12ª Edição. México: Fondo de Cultura Económica.
- MOISÉS, José Álvaro (2010). A confiança e os seus efeitos sobre as instituições democráticas. In MOISÉS, José Álvaro (org.). Democracia e confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas? São Paulo: EDUSP.

- _____ (2005). A desconfiança nas instituições democráticas. Campinas: Revista Opinião Pública, vol. XI, n° 1, março, pp. 33-63.
- MOLINA, José Enrique e LEVINE, Daniel (2007). La calidad de la democracia en América Latina: una visión comparada, In Calidad de la democracia, Espanha: Revista de Ciencias Sociales América Latina Hoy, n° 45, abril, p. 17-46.
- PERISSINOTTO, Renato Monseff e BRAUNERT, Mariana Bettega (2006). A direita, a esquerda e a democracia: os valores políticos dos parlamentares paranaenses (1995-2002), In PERISSINOTTO, Renato Monseff, CODATO, Adriano Nervo, FUKS, M., BRAGA, Sérgio Soares (Orgs.) (2007). Quem governa? Um estudo das elites políticas do Paraná, Curitiba: Editora da UFPR.
- _____ (2006). A direita, a esquerda e a democracia: os valores políticos dos parlamentares paranaenses (1995-2002), Campinas: Revista Opinião Pública, vol. 12, n° 1, p. 114-135.
- REQUIÃO, Roberto e BUENO, Cunha (1997). Guia do vereador do terceiro milênio, Brasília: Centro de Documentação e Informação, Câmara dos Deputados.
- SÁEZ, Manuel Alcántara (2004) ¿Instituciones o máquinas ideológicas? Origen, programa y organización de los partidos latinoamericanos, Barcelona: Institut de Ciències Polítiques i Socials.
- _____ (2008). La escala de la izquierda: la ubicación ideológica de presidentes y partidos de izquierda en América Latina. Revista Nueva Sociedad, n° 217, p. 72-85. Disponível em <http://www.nuso.org/upload/articulos/3548_1.pdf> e acessado em 29/05/2011.
- _____ e FREIDENBERG, Flavia (2002). Partidos políticos na América Latina. Campinas: Revista Opinião Pública, vol. 8, n° 2, pp. 137-157.
- SILVA, Benedicto (1995). Teoria das funções municipais, Textos de Administração Municipal, n.º 12, 2º edição, RJ: IBAM.
- SCHUMPETER, Joseph A. (1984). Capitalismo, socialismo e democracia. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

ZUCCO JR. Cesar (2009). Esquerda, direita e governo: a ideologia dos partidos políticos brasileiros. Oxford: Seminário Legislador views of brazilian Governance, Universidade de Oxford. Disponível em <<http://www.princeton.edu/~zucco/papers/paper-esquerdadireitagoverno.br.pdf>> e acessado em 07/06/2011.

Outras fontes

Dicionário Eletrônico de Língua Portuguesa Houaiss (2007). Versão 2.0a.
Latinobarómetro <<http://www.latinobarometro.org/>>.

Pesquisa

FELISBINO, Riberti de Almeida e KERBAUY, Maria Teresa Miceli (2010). As dimensões da democracia nos municípios do ABC: valores políticos dos vereadores de São Bernardo do Campo, Santo André e São Caetano do Sul (Banco de Dados), Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.

Software estatístico

SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*).